

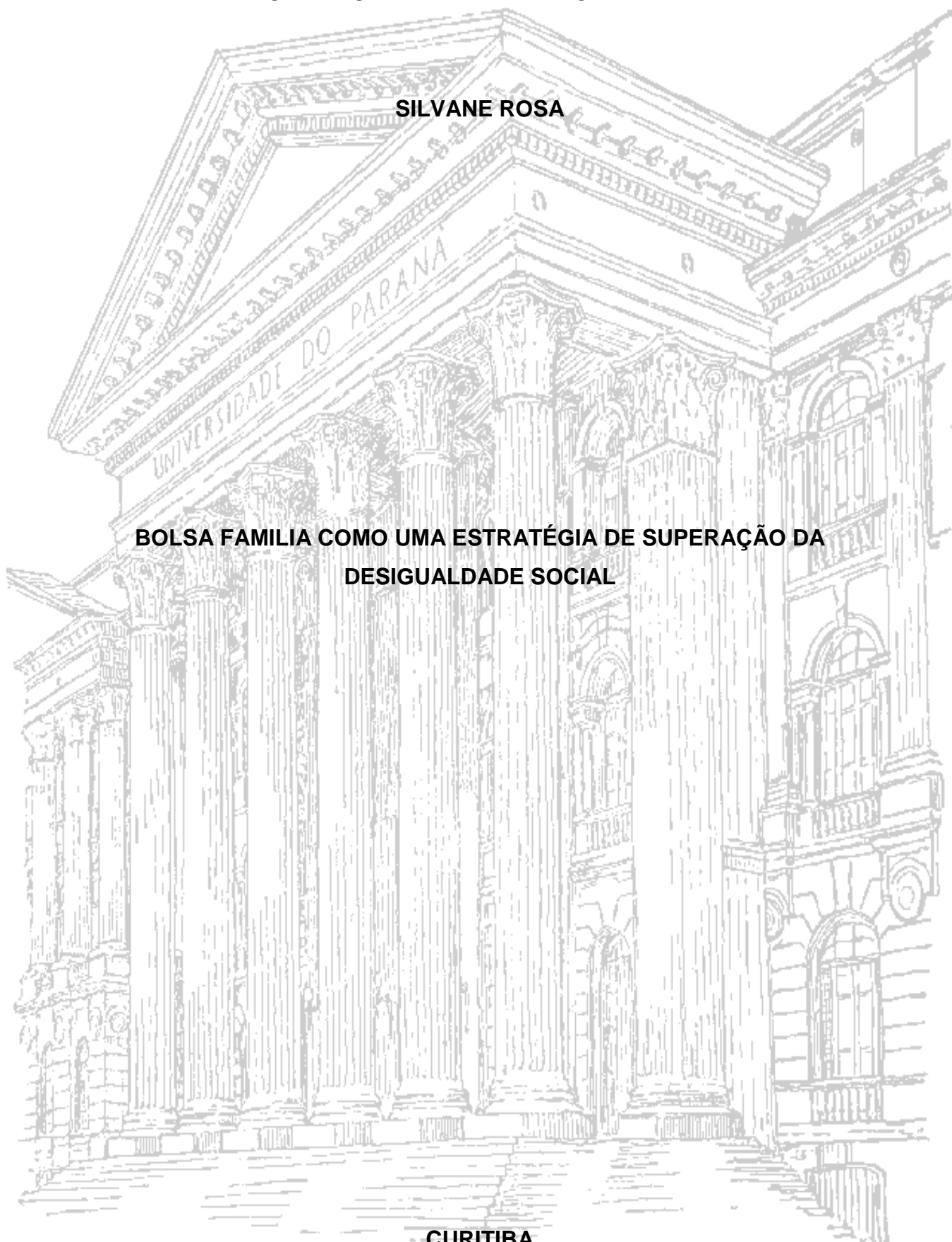
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**SILVANE ROSA**

**BOLSA FAMÍLIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA  
DESIGUALDADE SOCIAL**

**CURITIBA**

**2016**



**SILVANE ROSA**

**BOLSA FAMILIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA  
DESIGUALDADE SOCIAL**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Mestre em Educação  
Dr(a). Ivonete.Haiduke

**CURITIBA**

**2016**

## **BOLSA FAMILIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL**

**Silvane Rosa**

### **RESUMO**

O Programa Bolsa Família tem como uma de suas metas o acesso de crianças, adolescentes e jovens ao direito da Educação. Uma de suas condicionalidades, que é a permanência destes na escola, orienta o público beneficiário que deve haver a manutenção dos filhos, matriculados em ensino regular, visto que este é acompanhado por meio da frequência escolar. Este estudo tem como objetivo analisar dados fornecidos pela Secretaria da Escola Municipal Carrossel, e ver se o programa esta conseguindo atingir esta meta. Os alunos desta unidade escolar e que amparadas pelo programa BF estão realmente obtendo crescimento intelectual, ou estão indo para a escola apenas pra ter presença e continuar recebendo o benefício. Muitos consideram que a inserção destas crianças no âmbito escolar pode estar ligada restritamente ao interesse pela manutenção do benefício, ou mesmo ao resgate de outros direitos que até então não estavam assegurados. Deste modo, é preciso que se tenha discernimento do que o Programa BF visa; e que o importante desta inserção social são as inúmeras formas de situações de vivencia que o ambiente escolar proporciona, além do resgate de sua visão e papel de cidadão, das perspectivas antes inexistentes ou conservadas na insegurança. Crê-se que por meio de pesquisa bibliográfica, e a coleta de dados realizados junto a secretaria desta Escola podem-se ser esclarecidas dúvidas e apresentadas situações de enfrentamento destas condições, mostrando a efetividade, ou não, do Programa no meio Educacional e Social. A ênfase da investigação centrou-se no Programa Bolsa Família como uma alternativa de inclusão e permanência na escola de alunos de classes menos favorecidas, tendo como fonte os dados fornecidos pela referida escola. Observa-se, no entanto que ainda é um número muito pequeno de crianças atendidas pelo Bolsa Família que conseguem superar as barreiras da pobreza e da desigualdade. Ainda há muito que se fazer para que se efetivem as metas estabelecidas pelo programa inicialmente, e que este passe a contribuído para a manutenção e aproveitamento dessas crianças nos bancos escolares.

**Palavras-chave:** 1. Bolsa Família 2. Superação 3. Desigualdade Social

## 1 INTRODUÇÃO

A anos o Brasil vem sofrendo com a má distribuição de renda, por ter um grande numero de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, apresentando alto índice de desemprego e analfabetismo.

Isso traz a necessidade de criar políticas sociais compensatórias para um melhor funcionamento da sociedade, com a finalidade de remediar os danos causados pelo capitalismo, que gera a lacuna entre ricos e pobres. O Estado é detentor do papel de intermediador entre as duas classes com o dever de reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade.

As políticas sociais devem destinar-se a atender os direitos e necessidades universais que são estabelecidas constitucionalmente, como Educação, Saúde e Trabalho. Perceber a pobreza como fenômeno estrutural decorrente da dinâmica histórica no desenvolvimento do capitalismo, enquanto fenômeno complexo, multidimensional e relativo, permite desconsiderar seu entendimento como decorrente apenas da insuficiência de renda e os pobres como apenas um grupo homogêneo e com fronteiras bem delimitadas. Permite também desvelar os valores e concepções inspiradoras das políticas de intervenção nas situações de pobreza e suas possibilidades e impossibilidades para sua redução, superação ou apenas regulação.

O Programa de Transferência de Renda o Bolsa Família é um programa de superação da pobreza, e o complemento de renda recebido é o suficiente para garantir às famílias uma vida mais digna. Com relação à educação existe um monitoramento da frequência escolar de 17 milhões de estudantes por parte do governo federal. Para que a família tenha direito ao benefício, os filhos entre 6 e 15 anos precisam estar matriculados e frequentar, no mínimo, 85% das aulas. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Esta também nos discursos do governo federal que o programa teve impacto altamente positivo no aumento do índice de aprovação e na redução da taxa de evasão escolar. Entretanto na pratica isso se efetiva realmente, ou fica apenas no discurso. Qual é o aproveitamento escolar tido pelas crianças assistido pelo programa bolsa família?

Os Programas de Transferência de Renda passam a ser considerados importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil.

Partindo desse referencial, os Programas de Transferência de Renda são considerados como eixo prevalente no atual Sistema de Proteção Social, situando-se no âmbito das transformações econômicas e societárias que vêm marcando a reestruturação do capitalismo mundial.

Neste artigo é apresentada uma análise do Programa Bolsa Família, que representa na atualidade o principal componente do Sistema de Proteção Social e tem como uma de suas metas o acesso de crianças, adolescentes e jovens ao direito da Educação. Algumas questões devem ser postas, sendo a principal delas, se o programa Bolsa Família tem de fato reduzido o nível de pobreza das famílias beneficiadas, aumentando a escolaridades das crianças beneficiadas e quais os impactos sobre a redução da pobreza.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Vivemos um momento em que o mundo passa por transformações cada dia mais fortes onde, em razão das políticas globais de fragmentação dos processos de trabalho, da flexibilização da economia, a exclusão social tem se tornando um fenômeno cada vez mais presente e atingindo um número cada vez maior de pessoas. Esta realidade ocasiona em muitas pessoas, sentimentos, sensações e aspirações contraditórias e, ao mesmo tempo, insegurança, potencializando o conformismo como também novidade e esperança, que mobilizam o ser humano para a construção de um mundo diferente.

A educação tem o objetivo de induzir mudanças nos indivíduos, e que estas venham a viabilizar o desenvolvimento do ser humano e da sociedade. O entendimento de educação como meio de ascensão social, inclusive para minimizar a pobreza oferece à escola um papel fundamental que é valorizado mundialmente. Assim, a educação possui um papel estratégico para o desenvolvimento humano, social e econômico, bem como, fornecer a interiorização dos valores da sociedade pelo indivíduo. O acesso à educação, portanto, é um direito de todos, direciona-se

para a uma estrutura formadora de cidadãos, a qual deve dar condições as pessoas para participar de forma ativa na sociedade, pois, a educação é um princípio de justiça social. Entretanto, o problema da educação brasileira não é apenas a falta de acesso à escola, mas a necessidade de complemento de renda da família levando as crianças e adolescentes a substituírem a escola pelo trabalho.

Com o intuito de sanar esta disparidade foi criado o Programa Bolsa Família, sobre o qual temos o relato de Raul da Mota Silveira Melo e Gisléia Benini Duarte em “Impacto *eleva a frequência escolar das crianças no intervalo de 5,4 a 5,9 pontos*” em; Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil<sup>1</sup>”

Os resultados indicam que, de forma geral, o programa Bolsa Família obteve melhorias com percentuais significativos. Contudo, há importantes diferenças quando se considera meninas e meninos separadamente, sendo o programa eficaz no primeiro caso e ineficaz no segundo. Ou seja, apesar da avaliação positiva para as meninas, não parece haver efeito do programa sobre a frequência escolar dos meninos, o que pode estar associado a diferenças de gênero nos custos de oportunidades do investimento em capital humano no meio rural. (MELO E DUARTE, 2010,p.18 )

Baseando-se na educação como meio de inclusão social, os órgãos governamentais buscaram novas oportunidades sociais, criando políticas públicas e sociais. De maneira geral, as políticas sociais têm por objetivo a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. Esses programas são destinados a pessoas de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa Família. Programa este que de fato, atendem à parcela da população que mais necessita de subsídios para manter seus filhos na escola e, então, propiciar a assimilação do saber escolar na formação de indivíduos autônomos.

O Bolsa Família, lançado pelo governo federal em 2003, a partir da unificação do Programa Bolsa Escola e de mais programas federais (Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação), e foi gradativamente expandindo-se para o conjunto da população elegível, caracteriza-se, principalmente, por promover e induzir o indivíduo a buscar novas oportunidades. Ele surgiu como uma inovação, tendo como contrapartida a frequência escolar e não simplesmente como uma transferência de renda.

O Programa tem como objetivos o alívio imediato da pobreza, o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e de educação, através das exigências de condicionalidades e o desenvolvimento das famílias através de

programas complementares de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, fornecimento de documentos, dentre outros.

O Programa Bolsa Família vem sofrendo modificações desde a sua criação, no intuito de incrementar sua eficácia. Assim, em 2011, houve um acréscimo significativo no total aplicado no Programa, em função da ampliação do número de beneficiários e dos valores transferidos. Em março de 2011, por exemplo, houve um reajuste com percentuais diferenciados para cada tipo de benefício, oferecendo reajustes maiores para aqueles que alcançam a pobreza infantil, tendo em vista sua maior vulnerabilidade: reajuste de 45% no benefício variável para crianças e adolescentes de até 15 anos e de 15% para o público de 16 e 17 anos.

Dessa forma, diversas são as questões envolvendo o programa Bolsa Família na escolarização das crianças carentes, como a inclusão escolar, a melhoria das condições básicas (alimentação, vestuário, saúde, habitação) e da aprendizagem escolar, constituindo assim uma estratégia de redução das desigualdades sociais.

Já Daniella Medeiros Cavalcanti, Edward Martins Costa e Jorge Luiz Mariano da Silva em : “Programa Bolsa Família e o Nordeste: Impactos na Renda e na Educação, nos anos De 2004 E 2006\*”, diz que:

os resultados apontam para um efeito positivo na renda dos beneficiados, no entanto, o impacto exercido sobre a frequência escolar dos filhos das famílias beneficiadas, diferentemente do que acontece com as elegíveis, é maior do que o efeito desejado inicialmente nas metas de Programa.( CAVALCANTI E SILVA,2013, p.18 )

Também temos Juciani Severo Corrêa em: “As Contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar” *nos relata que a maior preocupação das famílias está centrada no medo de perder o benefício, e não em buscar uma nova atitude diante das circunstâncias vivenciadas até então.*

Observa-se que a maioria dos pesquisados estão seguros ao afirmar que os alunos permaneceram mais tempo na escola depois que passaram a receber o benefício. Por outro lado, ainda colocam em dúvida as razões dessa permanência, uma vez que não percebem um envolvimento efetivo dos alunos com as tarefas escolares. Este comprometimento fica por conta da pressão das famílias que temem perder o benefício, tendo em vista que, para muitas delas, essa é a única fonte de renda; por isso, o Bolsa Família passa a ter significado vital em suas existências, o

que as leva a terem o cuidado com as exigências feitas pelo Programa no sentido da manutenção do mesmo.

Nota-se que existe um empenho por parte da escola em estar fiscalizando e informando os pais quanto as penalidades existentes para quem não manda os filhos para escola com relação ao benefício que estão recebendo, entretanto, nem todos levam a sério. Acredita-se que a inclusão e permanência de futuras gerações de crianças e adolescentes na escola exigem mudanças significativas no sistema educacional e na sociedade.

Mas conforme o texto do professor Miguel Arroyo, em *Maleta Futura Por que Pobreza? Educação e desigualdade*:

É preciso que a sociedade brasileira aprofunde sua compreensão e o debate de modo a somar esforços que contribuam para a superação da pobreza por meio do reconhecimento dos direitos dessas populações a ter uma vida digna de ser vivida de acordo com seus valores e objetivos. (ARROYO,2014 p.16)

A renda mínima, sob o contexto de nossa realidade, não pode partir da premissa de que os motivos que dificultam o acesso ao mercado de trabalho, aos bens primários da sociedade e que aumentam ainda mais a desigualdade na distribuição da renda estão vinculados a estigmas contra grupos étnicos e sociais. É nesse contexto social de crise e desemprego que podemos situar inúmeras famílias brasileiras que, para sobreviverem tornam-se vulneráveis a inserir crianças e adolescentes no mundo do trabalho, para complementando o orçamento familiar e minimizando sua situação de pobreza.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo foi desenvolvido a partir de revisão de trabalhos científicos que buscaram discorrer sobre os temas pobreza e escolarização dos alunos (as) em situação de pobreza. Para isso, utilizou-se as bases de busca o Scientific Electronic Library OnLine (SciELO) e, complementariamente, o Google Acadêmico (Beta). A ênfase da investigação centrou-se no Programa Bolsa Família como uma alternativa de inclusão e permanência na escola de alunos de classes menos favorecidas, tendo como fonte os dados fornecidos pela Escola Municipal Carrossel. Buscou - se a confirmação de que o Bolsa Família tem contribuído ou não para a manutenção e aproveitamento dessas crianças nos bancos escolares. Para as informações sobre os alunos que já não fazem mais parte das matrículas da escola, além das

informações oferecidas pela Secretaria de Assistência Social tivemos conversas informais com os familiares, ou até mesmo com eles próprios, em suas casas. Os termos de pesquisa foram inseridos nos campos de busca das bases de dados e combinadas entre si com os termos na língua portuguesa. Ao concluir as pesquisas, o número total de artigos que foram encontrados ao final, foram filtrados segundo os critérios de inclusão e exclusão definido pelo atendimento da centralidade do tema.

Foram incluídos nesse estudo apenas textos originais em língua portuguesa, disponibilizados na íntegra nos meios eletrônicos. A busca foi conduzida em 2016 pelo pesquisador responsável pelo estudo, obedecendo aos critérios de inclusão determinados na pesquisa.

Foram utilizados os seguintes descritores em português nas bases de dados: Pobreza, Educação, Escolarização de alunos em situação de pobreza.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Mesmo no século XXI, a exclusão social permanece presente no Brasil, atingindo grande parte da população. Nosso país mudou bastante nos últimos tempos, em termos sócio-político-econômicos, porém, as desigualdades sociais, permanecem distanciando cada o poder aquisitivo entre os mais ricos e pobres.

A exclusão social é um fenômeno do passado e do presente e, se não houver mudanças substanciais na política socioeconômica para uma distribuição de renda mais justa, será também do futuro.

O alto grau de desigualdade correlaciona-se fortemente com a fraca estrutura curricular educacional brasileira. É verdade que se ampliou a matrícula enormemente nos últimos 10 anos, porém ainda se convive com altas taxas de evasão escolar. Não basta simplesmente matricular as crianças e adolescentes na escola, é necessário um envolvimento de todos, viabilizando a permanência e também uma educação de qualidade, visto a educação ser um direito e um princípio de cidadania.

Estabelecendo contato com a secretaria da escola Municipal Carrossel, Secretaria da ação social e indiretamente com as famílias chegou-se as seguintes informações.

Dos 40 alunos matriculados no primeiro ano em 2005, 28 eram beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Dentre eles 26 concluíram a primeira fase do ensino fundamental em 2009. Passados para a fase final do ensino fundamental 19 concluíram esta fase em 2013. No ensino médio dos 19 iniciantes em 2014, tivemos 8 alunos que estão cursando o 3º ano em 2016. Dos alunos que estão frequentando o 3º ano todos estão inscritos para fazer o ENEM de 2016.

Os alunos reprovados nas séries iniciais todos são por dificuldade de aprendizagem, não constando nenhum caso de reprovação por frequência. Já nas séries finais do ensino fundamental temos constatado que existem casos de repetência por dificuldade de aprendizagem e por frequência também.

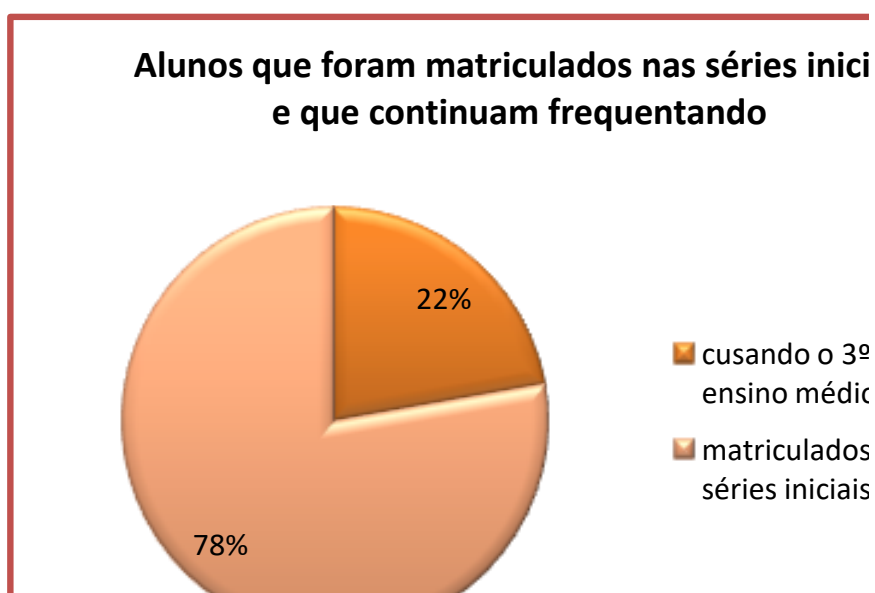


Gráfico - Silvane Rosa - 2016

O caso se agrava mais no ensino médio, tendo em vista que estes alunos passam a sentir a necessidade de entrar no mercado de trabalho (no regime de menor aprendiz), pois a renda oferecida pelo programa não é mais suficiente para manter suas necessidades básicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o intuito de levantar questionamentos relativos à contribuição do Bolsa Família para a permanência dos alunos beneficiários do Programa na escola.

Considerar o Programa não como uma medida permanente, mas como um fator transitório que pode contribuir para a emancipação dos indivíduos envolvidos, através de sua inserção e permanência no dia a dia da escola.

Os pais incentivam os filhos a frequentar as aulas ou pela necessidade de manutenção do benefício (as crianças procuram a escola pela pressão dos pais) e ou pela distribuição da merenda escolar, mas sem um envolvimento maior com a educação e crescimento pessoal.

O Programa Bolsa Família atua de forma significativa no sustento de muitas famílias, tem atenuado a pobreza, mas ainda não está conseguindo promover a emancipação de seus beneficiários.

Com este trabalho não se teve a pretensão de esgotar os estudos e investigações sobre o tema, mas evidenciar algumas pistas que devem ser perseguidas para o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família. Muitos estudos e reformulações serão necessários, bem como novas medidas complementares até que se consolide de fato a inclusão social. Assim, acredita-se que a política pública para quebra da persistência Inter geracional da pobreza educacional não deveria deter-se exclusivamente nos programas de transferências condicionadas de renda. Nesse ambiente, é necessário investigar se políticas adicionais que promovam a introdução de novas tecnologias, mais intensivas em capital humano, e a maior integração ao mercado não podem ser auxílios decisivos no desenvolvimento social e econômico desse meio.

Ao concluir este estudo, evidencia-se que a pessoa só será efetivamente cidadão quando estiver integrado à sociedade, ao mercado de trabalho, exercendo uma participação mais ativa e crítica da vida social e política, promovendo o crescimento pessoal e da sociedade em que está inserido.

## REFERÊNCIAS

1. **BRASIL.** Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003. Crie a Bolsa Família, 2003.
2. **BRASIL PARA TODOS.** Material de divulgação. Brasília: 2004-2006.
3. **CASTEL.** *À Pobreza*. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
4. **Cavalcanti Daniella Medeiros; Costa Edward Martins; Silva Jorge Luiz Mariano da PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O NORDESTE:IMPACTOS NA**

- RENDA E NA EDUCAÇÃO, NOS ANOS DE 2004 e 2006\*** Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, jan-abr/2013 – consultado em 19/08/2016
5. **FORQUIN, J. C.** (org); Sociologia da educação ; Petrópolis; Vozes; 1995.
  6. **Maleta Futura** Por que Pobreza? educação e desigualdade Copyright © Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 2014. [http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno\\_artigos\\_digital.pdf](http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno_artigos_digital.pdf)
  7. **Melo Raul da Mota Silveira; Duarte Gisléia Benini . Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil<sup>1</sup>** Econ. Sociol. Rural vol.48 no.3 Brasília Jul./Sept. 2010 .<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032010000300007> - Consultado em 19/08/2016
  8. **PAUGAM.** *A integração do pobre na sociedade.* 2003.
  9. **SEN,** Amartya; Desenvolvimento como liberdade; São Paulo ; Companhia das Letras; 2000.
  10. **WERTHEIN,** Jorge; Crenças e esperanças: avanços e desafios da UNESCO no Brasil; Brasília; UNESCO;2003.